

# Residências podem ter comércio

DF - Comercio

## Cauma aprova projeto que abre caminho para legalização de empresas de fundo de quintal

Vânia Rodrigues

Sheyla Leal

Os moradores das cidades-satélites poderão, muito em breve, exercer legalmente atividades econômicas em suas residências. O projeto autorizando a implantação de comércios e prestações de serviços em setores exclusivamente residenciais foi aprovado ontem, pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma). Nos próximos dias, o projeto será encaminhado à Câmara Legislativa para apreciação. O secretário de Obras e Serviços Públicos e vice-presidente do Cauma, José Roberto Arruda, afirmou que este será importante passo do Governo Roriz para a conquista da independência financeira do Distrito Federal.

José Arruda destacou que o projeto vai beneficiar diretamente uma grande parcela da população que hoje, de forma clandestina, já exerce essas atividades em suas casas. O secretário argumentou que é difícil fiscalizar este tipo de irregularidade porque a comunidade necessita do pequeno comércio e, no plano inicial das satélites, não se previam setores específicos para estas atividades. "O importante é que o Plano Piloto será preservado e as cidades-satélites poderão ser cada vez mais cidades e menos satélite, gerando emprego para atender a sua população", argumentou.

### ATIVIDADES

Tipo de lote	Atividades permitidas
Lotes destinados a habitação em geral ou localizados no interior das quadras	Produção de doces, salgados, marmotas, roupas, sapatos, venda de armários, perfumes, artigos de livraria, importados, revista, louças, eletricista, estúdio fotográfico, relojoeiro, serviços de beleza, creche, academia de fisioterapia.
Lotes voltados para as vias de acesso ou de ligação das entrequadras	Açougue, especiarias, mercearias, padarias, peixarias, drogarias, estoáfados, eletrodomésticos, floricultura, material hidráulico, ótica, bares e restaurantes, surursal de rádio, jornal e TV, pensão, associações comunitárias e cursos de dança e línguas, além de todas as atividades autorizadas para qualquer lote residencial.
Lotes situados ao longo das avenidas	Todas as atividades anteriores e mais albergues, sede de sindicatos, galerias de arte, ensino técnico profissionalizante, auto-escola, boate, jogos, ambulatórios, clínicas e laboratórios.

### Emprego

O secretário de Desenvolvimento Econômico do DF e do Entorno, Nuri Andraus, presente à reunião do Cauma, disse que a aprovação deste projeto possibilita o cumprimento da principal missão no governo: gerar emprego. "Precisamos criar com urgência 100 mil empregos, e a liberação das atividades na própria residência vai nos ajudar muito". Nuri preferiu não fazer estimativa de quantos empregos poderão ser criados de imediato. "É um cálculo difícil porque muita gente já está empregada e não sabemos por que a atividade é clandestina", justificou.

Nuri e Arruda destacaram que, além de novos empregos, com a legalização das atividades, o GDF arrecadará mais impostos. Os secretários disseram ainda que a tramitação do projeto na Câmara será rápida. "Estamos mantendo contatos diários com os parlamentares para explicar o projeto e destacar a importância que ele tem para o desenvolvimento do DF. Nuri acredita que, em 15 dias, o projeto estará aprovado e pronto para ser executado.

Outra vantagem do projeto, segundo os secretários, é que o GDF terá como fiscalizar e multar as atividades que não forem desenvolvidas de acordo com as normas estabelecidas para a exploração do comércio em áreas residenciais.

A liberação das atividades em áreas residenciais não é geral e restrita. O Departamento de Urbanismo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos realizou uma série de estudos para definir os tipos de comércio que poderão ser explorados, obedecendo a localização do lote. Como cada satélite possui características próprias, foi feita uma listagem por região administrativa, especificando quais e onde as atividades econômicas poderão ser desenvolvidas (veja quadro).

As cidades-satélites ou assentamentos integrantes do Programa Habitacional do GDF, por ainda estarem em fase de implantação e já terem áreas destinadas ao comércio, não foram contempladas no estudo. Nestes locais, só poderão ser desenvolvidas atividades classificadas como do tipo um, que inclui produção de doces, salgados, marmota, roupas, sapatos, banca de revista, artigos para presente, artigos para festa e corretora de imóveis.

Samambaia é a única satélite do programa do GDF que poderá exercer também atividades das tipos 1 e 2, incluindo também serviços de mercearia, padaria, drograria, casa lotérica, cine/fotos, material de limpeza, venda de tecidos. Poderá haver também pequenas oficinas para conserto de bicicletas, lapidação de pedras, locadoras de vídeos e agências de turismo.

### Exigências

- A extensão do uso tem caráter estritamente provisório, com alvará de funcionamento a título precário, até a elaboração do Plano Diretor.
- O funcionamento da nova atividade fica condicionado à anuência dos vizinhos.
- As intervenções necessárias nas redes de serviços públicos (Caesb, CEB e Telebrasília) são pré-requisitos para a obtenção do alvará de funcionamento e todas as despesas serão pagas pelo interessado no desenvolvimento das atividades.
- No caso de o imóvel ser alugado, a extensão de uso só será autorizada com a anuência do proprietário da casa.
- As habitações coletivas (apartamentos) não estão contemplados neste projeto.
- Os casos omissos ou de difícil interpretação, serão resolvidos pela Administração Regional e Departamento de Urbanismo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.



O projeto aprovado pelo Cauma prevê instalação de comércio e serviços em áreas residenciais

## Seis mil são do mercado informal

O Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Distrito Federal (Simpi) já constatou a existência de aproximadamente seis mil empresas de fundo de quintal. "É um pré-levantamento", afirmou o presidente do Simpi, Álvaro Iaccino. Para ele, o projeto aprovado pelo Cauma "é excelente porque legaliza o pessoal que trabalha em casa e deruba o mito de que em residência não pode haver comércio ou indústria".

O deputado José Edmar Cordeiro (PTR) também aplaudiu a decisão do Conselho, lembrando que um projeto de sua autoria, liberando áreas para o comércio nas cidades-satélites, foi sancionado há cerca de 15 dias pelo governador Joaquim Roriz. "O projeto do Executivo vai encontrar meio caminho andado na Câmara Legislativa porque o assunto já foi bastante discutido aqui", disse o parlamentar. "Vi com surpresa que o Cauma aprovou um projeto mais amplo", admitiu.

José Edmar acha que as discussões serão facilitadas porque lutou durante um ano para ver sancionado o seu projeto. "Mostramos que

as satélites precisam de tratamento diferenciado em relação ao Plano Piloto", ressaltou o deputado. Álvaro Iaccino não pensa diferente. Diz que o Plano Piloto está "saturo" porque não oferece mais empregos em órgãos públicos nem em empresas privadas.

### Empregos

O presidente do Simpi cita o caso de Ceilândia, onde preside a Comissão de Reassentamento de Micros e Pequenas Empresas. Ele calcula que ali existam cerca de 1.500 indústrias de fundo de quintal, com geração de aproximadamente 15 mil empregos.

Álvaro Iaccino acha que Ceilândia será a grande beneficiada com a medida porque abriga panificadoras, indústrias de bolsas, confecções e fábricas de antenas parabólicas. Atividades que, no seu entender, podem muito bem ser desenvolvidas em residências.

"Liberaram Ceilândia para crescer como uma cidade normal", afirma Álvaro Iaccino, contando com o cumprimento de uma promessa feita pelo governador Joaquim Roriz, de que instalará no dia 30 de setembro próximo, um setor

de pequenas e microindústrias e de serviços na satélite. "Aqui, os empregos serão triplicados", comemora. Iaccino explica que, além de Ceilândia, Gama, Guará, Samambaia e Santa Maria terão a indústria e o comércio incrementados. Em Planaltina, o presidente do Simpi não prevê desenvolvimento acentuado dessas atividades porque "lá já existe o Setor de Oficinas, que é um polo de empregos".

Álvaro Iaccino diz que Planaltina, Sobradinho, Brazlândia e parte do Gama têm "fortes tendências" para desenvolver atividades agroindustriais. "No Núcleo Bandeirante, o forte será a gemologia", afirma. O presidente da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (Acit), Francisco Sávio de Oliveira, diz que recebe "esse projeto como a única solução para amenizar o desemprego" na satélite. "O mercado informal cresce todo dia. Com essa medida, vamos legalizá-lo", afirma Francisco Sávio, explicando que, em Taguatinga, a maioria das indústrias de fundo de quintal é do ramo de artesanato e confecções. (Valdeci Rodrigues)